

**Da vivência à ciência:
uma descrição da trajetória percorrida entre um
ponto de vista e um objeto de pesquisa**

*From experience to science:
a description of the trajectory made from a
point of view to a research object*

Ricardo de Alcântara DANTAS¹

Resumo

A definição de um objeto de pesquisa passa pela construção deste objeto, o que leva o pesquisador ao desafio de distinguir — e admitir — um ponto de vista de onde o objeto se materializa (construído e analisado através de técnicas, teorias e métodos). O objetivo deste artigo é descrever o processo de construção de um objeto de pesquisa. O método será observar e descrever a trajetória percorrida entre um ponto de vista do autor do artigo — no caso, a percepção de que Brasília dá ao brasiliense uma identidade ambígua — e a construção efetiva de um objeto de estudo. Com efeito, o conteúdo do artigo é a tessitura da qual este objeto se constituirá.

Palavras-chave: Cidades. Sistemas. Comunicação. Brasília.

Abstract

The research object definition goes through the construction of this object, what lead the researcher to the challenge of distinguishing — and assuming — a point of view where the object is materialized from (constructed and analyzed through techniques, theories and methods). The objective of this article is to describe the process of construction of a research object. The method will be to observe and to describe the trajectory made from the article author point of view — in case, the perception that Brasilia provides to the Brasilia's born subject an ambiguous identity — and the efective construction of a research object. Indeed, the content of the article is the structure in which the actual object will rely on.

Keywords: Cities. Systems. Communication. Brasilia.

Introdução

Saussure (1975, p. 15) afirma que “longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto”, ou seja, não será um dado objeto

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UnB. E-mail: ricodantas@gmail.com

que ensejará um ponto de vista para análise desse próprio objeto, é o ponto de vista que pretende tornar-se produção de conhecimento e situar-se no cânone científico, começando por tornar-se objeto. Essa trajetória compreende rituais e esforços, métodos e técnicas, o próprio labor do pesquisador. Este artigo é a descrição da construção de um objeto.

Para tanto, em caráter introdutório, devemos descrever em linhas iniciais o ponto de vista do autor: o brasiliense pode sentir estranheza em relação a sua identidade, causada por uma ambiguidade em sua naturalidade. Alguns indícios e dados, sobre os quais discorreremos melhor adiante, revelam particularidades no que diz respeito à naturalidade do indivíduo brasiliense. Pretendemos descrever como a forma de divisão territorial e política do Distrito Federal designa ao indivíduo uma naturalidade oficial — brasiliense —, mas o faz de forma a omitir algumas fronteiras que existem em Brasília, material e simbolicamente, com consequências para a percepção identitária.

A cidade de Brasília pode ser observada como a narrativa da ação política de Juscelino Kubitschek e seus predecessores; pode ser também o conjunto de obras erguidas a partir do ideal urbanístico desenhado por Lúcio Costa e o gênio arquitetônico de Oscar Niemeyer; pode ainda ser o fruto de uma utopia modernista e tropical; outra ênfase pode ser na história do trabalho de milhares de brasileiros que, com mãos e máquinas, ergueram uma capital partindo do zero; mas esses lugares e personagens recorrentes, aos quais se limitam muitas vezes o olhar para Brasília, pouco revelam da dinâmica das interações e comunicações entre brasilienses em relação a seus conterrâneos e em relação à cidade.

As transformações permanentes na materialização do Estado brasileiro afetam diretamente a capital federal, como fluxos de uma maré permeando o cotidiano do brasiliense. Alguns elementos de análise podem ajudar a revelar algumas dessas permanentes transformações na capital do país, dentre eles, o poder e o amor: o primeiro, explicitamente manifestado nos governos eleitos, nas autoridades que percorrem a cidade, nos monumentos e nos nomes das coisas (nacional, federal, sede, centro, supremo, superior, matriz) e, o segundo, simbolicamente representado como ideal patriótico. Acreditamos que poder e amor nutrem em brasileiros e brasilienses o orgulho, a deferência e, muitas vezes, o estranhamento do indivíduo em relação à capital — ao mesmo tempo em que provocam um aspecto de falha identitária para grande parte dos indivíduos que nascem em Brasília ou no Distrito Federal (o que é, oficialmente, a mesma coisa).

Mas esse caráter falho realmente existe ou é apenas um ponto de vista particular do autor forçando caminho para desdobrar-se em pesquisa científica? Consideramos que o ato de tornar esse ponto de vista em objeto de pesquisa é uma possibilidade de melhor analisar uma percepção empírica e, quiçá, construir um objeto de pesquisa relevante social e cientificamente. Concluiremos que, ao aprofundar-se sobre este ponto de vista empírico, utilizando-se de dados e análises que se somam às vivências do autor, a partir de um referencial teórico selecionado, podemos alcançar a construção efetiva de um objeto de pesquisa científica. Este artigo quer descrever esse processo.

Revisão teórica

Quando Demo (1995) nos coloca que, ao construir um objeto de pesquisa social não colocamos uma pergunta se nada sabemos da resposta, ao assumir um ponto de vista, assumimos, no caso da pesquisa social, também uma postura conclusiva, uma inclinação para alguma possível resposta que já nasce do ponto de vista. O desconforto de uma possível incompletude em se sentir brasileiro é um ponto de vista que se pretende objeto de pesquisa simplesmente porque este autor, sendo brasileiro, supostamente reconhece tal desconforto em si mesmo. Outros dados e vivências também se somam a essa percepção de identidade ambígua.

Mas seria realmente possível afirmar e representar a existência dessa ambiguidade considerando apenas o ponto de vista do autor e suas vivências? Quais elementos mais seriam suficientes para extrapolar o ponto de vista, identificar e criticar essa ambiguidade identitária da capital e, ainda que o projeto revele o ponto de vista como equivocado, abordá-lo cientificamente?

Demo (1995) afirma: “Se nada soubéssemos da resposta, nada teríamos a perguntar. Significa: temos de tudo alguma pré-noção, algum pré-conceito, porque não existe abordagem totalmente desarmada da realidade, assim como não existe sujeito objetivo” (1995, p. 32). O avanço do ponto de vista rumo ao objeto se dá, portanto, não por uma neutralidade absoluta ou idealizada do pesquisador, uma vez que o ponto de vista insere, logo de saída, algum nível de pré-conceito na pesquisa.

Reconhecer e descrever o ponto de vista — junto com a suspeição de respostas — é como pretendemos construir um objeto de pesquisa que torna-se capaz de, aos poucos, ir-se despedindo do ponto de vista rumo a estudos que podem, inclusive, negar os

conceitos e pré-conceitos tomados *a priori*. Vamos avançar sobre isso mais adiante, mas já podemos afirmar que o objeto de pesquisa se despede do ponto de vista para, tão logo, voltar a ele, num processo permanente de ida e vinda, recursivamente.

O referencial teórico deste artigo se situa em uma breve revisão teórica do objeto de pesquisa enquanto teoria do conhecimento; e a revisão de teorias sobre o pensamento complexo. Passaremos ainda por teorias de sistemas e algumas teorias de cidades. Nosso método é indutivo, responde primordialmente a questões “por que” e “como”, utilizamos como técnica a pesquisa bibliográfica, o que caracteriza nossa pesquisa como qualitativa.

Teorias do objeto

A realidade ficcional, segundo Han (2019), já não apresenta diferenças distinguíveis da realidade real, uma vez que a segunda tornou-se apenas um efeito do entretenimento, se confundindo com a primeira. Ou seja, as fronteiras entre realidade e ficção desmoronam enquanto a técnica se torna invisível pela naturalização. Do ponto de vista laboral, a capacidade exponencial de reunião e transmissão de dados pelos *smartphones* no bolso do cotidiano da vida do trabalhador ultrapassa barreiras de espaço e tempo, ressignificando o local e a jornada de trabalho, com consequências novas para os campos da saúde e da economia. No campo da política, o deslocamento do debate público para os meios digitais reconstruem (ou destroem) a esfera pública. As reconfigurações do real pelo avanço da técnica também parecem provocar a transmutação da coletividade para a conectividade, resultando afrouxamentos de algumas noções como responsabilidade e solidariedade. A narcisificação e o individualismo, em face à globalização e às reconfigurações de fronteira e interface, propõem novas interações e relações, e novas consequências e propostas de consumo, afeto e acoplamentos sociais. É possível dizer que as representações da realidade ocidental, com efeitos em escala global, se encontram em um ponto de suspensão, ou desencanto, ou suspeição, ao mesmo tempo em que abundam? Afinal, como as relações entre democracia e tecnologia projetam uma nova organização social? Como a ciência se insere nesse cenário?

Acreditamos que nosso objeto de estudo, neste contexto em que a dicotomia real/ficcional desvanece, ao mesmo tempo em que a dicotomia ciência/senso comum também entra em zona cinzenta, não deva dar ênfase às oposições, nos dois casos. O ponto de partida de um objeto científico se reconhece impregnado do sujeito e de seus

pontos de vista, suas vivências, e, ao que tudo indica, nosso objeto deve recuar da ênfase em dicotomias tautológicas entre senso comum e ciência, e entre realidade e ficção, não porque as oposições não existam ou devam ser desprezadas, mas porque a ênfase deveria estar nos elementos em si (ciência, senso comum, realidade e ficção) e não nas dicotomias, um típico tipo de pensamento do mundo ocidental, que pode estar em transformação.

Demo (1995) propõe que: “Na realidade social há no fundo coincidência entre sujeito e objeto, já que o sujeito faz parte da realidade que estuda. Assim, não há como estudar de fora, como se fosse possível sair da própria pele para ver-se de fora” (1995, p. 28). Essa colocação sugere que há uma realidade social dada, ainda que elaborada pela construção científica, na qual estão inseridos e confundindo-se sujeito e objeto, o que tornaria impossível o distanciamento entre sujeito e objeto, já que ambos integram a mesma realidade. Segundo Bourdieu (2007), essa ideia sobre o objeto se completa:

Por mais parcial e parcelar que seja um objeto de pesquisa, só pode ser definido e construído em função de uma problemática teórica que permita submeter a uma interrogação sistemática os aspectos da realidade colocados em relação entre si pela questão que lhes é formulada. (BOURDIEU, 2007, p. 48).

Bourdieu (2007, p. 46) nos coloca ainda que, remetendo à dicotomia entre senso comum e ciência, “nada se opõe mais às evidências do senso comum do que a distinção entre o objeto ‘real’, pré-construído pela percepção, e o objeto da ciência, como sistema de relações construídas propositalmente”. As afirmações de Demo (1995) e Bourdieu (2007) indicam confirmar a posição deste artigo de que o ponto de vista precede o objeto ou, no mínimo, estão imbricados. Confirmam ainda que o objeto é construído pelo “ataque” metodológico ao ponto de vista. Mas a noção nos textos citados de que há uma realidade dada a se observar, ou a se construir, perceptível através de uma distinção clara entre ponto de vista e objeto — ainda que Demo (1995) afirme que o sujeito e o objeto coincidam “dentro” de uma dada realidade —, nos leva a refletir, retomando o caráter complexo da distinção entre realidade e ficção na contemporaneidade e o que isso significa para o estudo científico, que nossa posição diante da construção do objeto científico, a partir do ponto de vista do autor, precisa elaborar-se por um caminho não dicotômico (ponto de vista/objeto de pesquisa; sujeito/objeto), mas de complementaridade entre os conceitos.

É preciso levar em conta também que a frase de Saussure (1975) com a qual iniciamos este artigo se referia especificamente à linguística, e foi formulada para diferenciar o estudo da linguística de outras disciplinas. Diante disso, consideramos que é preciso deixar mais clara a tomada de posição em relação ao objeto de pesquisa, o que revela neste artigo, explicitamente, o autor e seu ponto de vista.

O ponto de vista do autor é sempre estimulado pela imersão inevitável no próprio ponto de vista, reflexões que ao longo do tempo e da própria experiência existencial complexificam esse ponto de vista; mas o acesso ao conhecimento do conhecimento, neste caso a forma como pesquisa e produção de conhecimento tomam forma academicamente, incute no pesquisador a busca — e escolha — por um campo para se situar, um território-pouso que seja um ponto de partida para a observação. É a partir dessa escolha e desse buscar situar-se que o objeto de pesquisa começa a destacar-se do ponto de vista. Contudo, esse destacamento nunca é total, uma vez que é na recursividade entre o ponto de vista e o objeto de pesquisa que está a força para as outras etapas da pesquisa se sucederem, sempre acionadas pelo método. Por isso que a sucessão de formulações sobre um ponto de vista, ao experimentá-lo diante de discussões teóricas, forja o objeto de pesquisa, que assume um caráter definido, formulado e proposto — mas nunca “separável” do ponto de vista. O campo de discussões teóricas escolhido, portanto, ajuda a criar o objeto de pesquisa enquanto este é ainda somente ponto de vista. Por isso, avançaremos um pouco sobre o pensamento complexo.

Pensamento complexo

Morin (2011, p. 39) narra que “a ciência ocidental fundamentou-se na eliminação positivista do sujeito a partir da ideia de que os objetos, existindo independentemente do sujeito, podiam ser observados e explicados enquanto tais”. É como se o observador fosse um problema a ser eliminado pelo método, um erro a ser ajustado pelo cálculo metodológico. Morin (2011) avança: “O sujeito é dispensado, como perturbação ou ruído, precisamente porque ele é indescritível segundo os critérios do objetivismo” (2011, p. 39). Dessa maneira, na ciência ocidental, objeto e sujeito seriam irreconciliáveis: de um lado, o mundo objetivo se dissolveria no sujeito; e de outro, o sujeito é o subjetivo, a incerteza, a ausência de sentido, a contradição, a ambiguidade, a imprecisão a ser eliminada.

Esse ponto recursivo entre sujeito e objeto, já explicitado neste artigo em Demo (1995), nos remete à cibernética e seu tema central da circularidade (ou recursividade). Morin (2011) descreve a cibernética como pioneira em trazer a complexidade para o campo da ciência, com os fenômenos da auto-organização. A complexidade seria tanto um fenômeno quantitativo, com quantidades de interações e interferências em números extremamente grandes (por exemplo, as relações entre as bilhões de células de um organismo humano), quanto a compreensão de “incertezas, indeterminações, fenômenos aleatórios” (2011, p. 34).

Maturana (2001) explica a mudança do entendimento do termo ciência, partindo de sua raiz etimológica que quer dizer “conhecimento”, para o atual sentido de conhecimento restrito a um saber validado pelo método científico (com ênfase no método), forjada por duas pressuposições gerais: “a) que o método científico (...) conota uma realidade objetiva que existe independentemente do que os observadores fazem ou desejam (...)”; e a segunda “b) que a validade das explicações e afirmações científicas se baseia em sua conexão com tal realidade objetiva” (MATURANA, 2001, p. 125). Como Morin (2011), Maturana (2001) ataca essa dicotomia disjuntiva observador/objeto, inserindo no fazer científico o observador do observador observando, tal qual a cibernética de segunda ordem.

Desse modo, nosso objeto construído a partir do ponto de vista, começa a traçar melhor sua relação com o ponto de vista no que reconhece o sujeito dessa relação— e sua ampla bagagem de sujeito: pré-conceitos, informações, imprecisões, subjetividades. É, portanto, inegável a subjetividade do autor na construção deste objeto, até mesmo porque ele já nasce dessa subjetividade quando começa sua trajetória a partir do ponto de vista. Quais métodos, quais perguntas deve o autor realizar para produzir conhecimento a partir deste ponto de vista?

O pensamento complexo, no que reconhece a incerteza e a intersubjetividade como parte do fazer científico, traz algumas possibilidades. A primeira delas é que a transdisciplinariedade torna-se não uma fuga ou incapacidade de lidar com um conjunto de teorias de determinada disciplina, ou da ausência delas, mais do que isso, torna-se um caminho para reduzir a complexidade do tema de pesquisa, uma vez que o objeto construído também se torna complexo a medida em que é pesquisado e se reconhece não como realidade dada, mas, como nos traz Vasconcellos (2001, p. 102), “admitindo

autenticamente o *multi-versa*: múltiplas versões da realidade, em diferentes domínios linguísticos de explicações”.

Outro ponto é que, ao se falar em identidade — no caso, a brasiliense —, a narrativa da vivência do autor, auxiliada por dados e observações empíricas, assumem importância na pesquisa quando concebida a partir do pensamento complexo. E dessa maneira, o ponto de vista e o sujeito se tornam dado a ser explorado para construção do objeto de pesquisa.

A intuição já dirigia este pesquisador para a análise das relações identitárias em Brasília com uma intenção interdisciplinar, pois seria necessário compreender como se formam as cidades e como as diferentes áreas do conhecimento abordam esse tema, tendo a comunicação como o condutor a nos guiar nesse caminho. Chegamos, enfim, às teorias das cidades, e o objeto sofre sua transformação mais profunda a partir do ponto de vista. Descreveremos como.

Cidades

Quem nasce em qualquer lugar do Distrito Federal (DF) é brasiliense. A identidade, ou a certidão de nascimento do sujeito nascido em qualquer lugar do DF dirá: “Naturalidade: Brasília”. Mas qualquer um que nasça no Distrito Federal é de fato brasiliense, percebe-se brasiliense, identifica-se como brasiliense, independente da identidade de papel?

Taguatinga é um bairro, ou cidade-satélite, ou Região Administrativa (RA), como juridicamente/oficialmente é denominada, situada no Distrito Federal (DF), distante 18 quilômetros do Plano Piloto (Região Administrativa que se confunde com a Brasília planejada). Um sujeito nasceu em um hospital de Taguatinga, foi registrado em um cartório de Taguatinga, foi criado em Taguatinga, mora com outras 207 mil pessoas em Taguatinga², estuda e trabalha em Taguatinga, convive e usufrui dos equipamentos de lazer, saúde, segurança, educação, privados e públicos, de Taguatinga; este sujeito não é taguatinguense. É brasiliense. O mesmo vale para outras RA como Ceilândia (480 mil habitantes), Gama (134 mil habitantes), Samambaia (258 mil habitantes) e Planaltina (190 mil habitantes e 100 anos mais velha que Brasília). Isso se dá porque as Regiões Administrativas do Distrito Federal não são cidades. Não tem mandatos eletivos, não tem

² Dados populacionais do DF: BUENO; LEITE; SOUZA. Atlas Escolar Geográfico, Histórico e Cultural do Distrito Federal. Distrito Federal: C&A Alfa Comunicação, 2019.

prefeituras nem assembleias, ou seja, nem vereadores nem deputados nem prefeitos. Nem orçamento de gestão efetivamente própria.

As Regiões Administrativas presentes no Distrito Federal, do ponto de vista do autor deste artigo, a partir de sua vivência enquanto brasiliense nascido, criado e residente em Taguatinga (DF), torna a questão da naturalidade do brasiliense complexa. No DF moram aproximadamente 3 milhões de pessoas. Cerca de 7% desse número de pessoas reside em Brasília, ou no Plano Piloto. As outras 93% das pessoas que moram em outras regiões também são brasilienses (ou por nascença ou por adoção), mas alguns indícios tornam essa experiência de brasiliense, em alguma medida, inexata.

A partir de um cenário vivido mais de uma vez por este autor, imagine um brasiliense em deslocamento, ou em outra cidade do país. Este brasiliense encontra alguém que o interpela e inicia um diálogo, “você é de onde?”; e o brasiliense responde, “de Brasília”; no caso de o interlocutor conhecer a cidade e, por acaso, em seguida perguntar, “e onde você mora em Brasília?”, e o brasiliense responder, “em Taguatinga”, há uma chance de o brasiliense ouvir de volta: “mas então você não é de Brasília!”

Ainda que a identidade traga as letras que formam a palavra Brasília após o campo naturalidade; ainda que o carro comprado em Taguatinga ou em qualquer RA traga as mesmas letras e forme a mesma palavra, Brasília, na placa; ainda que o brasiliense se afirme brasiliense (até porque se afirmasse “taguatinguense” ou “sou de Taguatinga” seria uma construção, no mínimo, estranha, até para si mesmo), ainda assim o brasiliense pode ouvir de alguém que ele não é de Brasília. É uma experiência que torna a identidade ambígua.

Esse problema seria mais simples se a experiência de ser ou não ser brasiliense se restringisse a um encontro fortuito com alguém numa outra cidade. Mas, na verdade, esse processo ambíguo de pertencimento e posse de uma identidade em Brasília se reproduz com maior especificidade ainda na própria vivência da capital. Essa ambiguidade específica não se revela facilmente, seja do ponto de vista político, ou turístico, ou arquitetônico e urbanístico, ou mesmo sociológico, geográfico, topográfico, estatístico. Talvez essa ambiguidade seja mais recorrentemente demonstrada no cinema da capital, na música, na produção cultural, enfim. Mas enquanto objeto científico, que caminhos trariam essa ambiguidade identitária à luz? De que maneira esse objeto surgiria a partir de uma vivência específica, e, mais que isso, como se revelaria e se construiria esse objeto

e que forma ele assumiria ao se olhar para a cidade como espaço, mas não apenas espaço físico, mas lugar de comunicações e cultura?

O ponto de vista precisa ultrapassar a regionalidade brasiliense para olhar a cidade. É preciso observar a cidade enquanto objeto empírico. Os arquivos, as pesquisas, os atlas, os livros didáticos recortam e destrincham Brasília historicamente e em dados. O autor percebe que é preciso combinar a análise desses dados com o observar a cidade, não apenas a cidade Brasília, mas a cidade conceito.

Recorremos a um olhar subjetivo para a cidade. Esse observar subjetivo está no ponto de vista. Ele será guia ao encontro do objeto de pesquisa. Consciente disso, é preciso aprender um novo olhar para a cidade. Investigamos que nas abordagens sociológicas do urbanismo, Giddens e Sutton (2017, p. 101-103) relatam surgir no final do século XIX a tese sociológica “de que as cidades e a vida urbana possuem uma qualidade particular ou forma de vida”. Essa tese avança com a percepção do individualismo crescente, que iria abandonando o senso de comunidade na medida em que as cidades cresciam, em Ferdinand Tönnies. Depois Georg Simmel tentou compreender “a experiência e a qualidade de vida urbana, focando em como as pessoas conviviam com a cidade”. Louis Wirth insere a ideia do urbanismo como “modo de vida”. A Escola de Chicago trouxe a perspectiva ecológica, com grupos sociais “gravitando na direção de determinadas áreas da cidade”. Essa perspectiva sociológica revela algo do que está engendrado no pensamento sobre a cidade, mas, obviamente, não esgota o observar a cidade.

Uma perspectiva histórica traduzida, por exemplo, em Mumford (1965, p. 11), traz outros pontos: “Desaparecerá a cidade ou — o que seria outro modo de desaparecimento —, transformar-se-á todo o planeta numa enorme colmeia urbana?”. Mumford resgata o surgimento histórico da cidade para possibilitar um “meio caminho entre Necrópolis e Utopia” em que a cidade possa “empreender um salto suficientemente ousado em direção ao futuro”. Esse futuro seria um no qual as cidades projetam o melhor da humanidade.

Na perspectiva econômica, Glaeser (2016, p.12) remete-se à urbanista Jacobs (2014), “que conhecia a necessidade de andar pelas ruas de uma cidade para ver sua alma”. Mas critica o idealismo de Jacobs ao acreditar que restringir altura de edifícios e preservar antigas vizinhanças garantiria sustentabilidade nos bairros e preços dos imóveis, ao que ele indica: “Quando as cidades restringem novas construções, elas se tornam mais caras” — um exemplo que bem se encaixa em Brasília. Glaeser (2016)

acredita que grandes adensamentos urbanos provocam inovação e progresso, pois “a força que advém da colaboração humana é a verdade central por trás do sucesso da civilização e o principal motivo da existência das cidades” (GLAESER, 2016, p. 16). Glaeser (2016) ataca os subúrbios como forma de afastar a força produtiva das cidades, com altos custos ecológicos por conta de transportes e desmatamento, e também confere ao determinismo urbano a estagnação de muitas cidades.

Mas na crítica à Jacobs (2014), a perspectiva econômica que deposita na capacidade produtiva dos indivíduos adensados o grande trunfo da cidade, Glaeser (2016) parece desconsiderar alguns pontos-chaves do que disse a autora sobre cidades, onde a cidade encontra, mesmo bem sucedida, o desequilíbrio, a autodestruição da diversidade. Jacobs (2014) suspeita dos hiper-investimentos e acredita na preservação e no cuidado com os espaços, sempre na perspectiva de quem caminha pela cidade, como exemplo de vitalidade, e não de estagnação. Existe uma cidade, no entanto, que não é visível em qualquer caminhada em qualquer direção. É a cidade que Lemos (2004, p. 19) afirma estar “se transformando na velocidade das trocas planetárias, modificando o próprio imaginário das cidades”. Lemos (2004) considera que a cidade se desenvolve sempre em relação às redes técnicas e sociais, e que hoje, nesta perspectiva, temos uma “nova rede técnica (o ciberespaço) e uma nova rede social (as diversas formas de sociabilidade *on-line*), configurando as cibercidades contemporâneas” (LEMOS, 2004, p. 20). Lemos (2004) classifica as cibercidades como “não-paisagens”, um contraponto profundo com a cidade que se observa ao caminhar de Jacobs (2014). Mas que vai, marcadamente, se aproximar do que, atualmente, Han (2018) considera o “desvanecimento da esfera pública”, sobreposta pela privada e particular, narcisificada e egoificada, onde a circulação e a produção de comunicações engendram novas formas de convivência — ou a ausência de convivência, suplantada por uma vivência conectada não coletiva.

Nos aproximamos, finalmente, da comunicação. Como o olhar comunicacional se dá para a cidade? O que ele poderia acrescentar para a observação da cidade e, no nosso caso, em que medida o ponto de vista do autor sobre a identidade brasileira pode tornar-se objeto de pesquisa a partir desse olhar para a cidade com o viés da comunicação? O ponto de vista se percebe, neste momento, tensionado: a cidade, de maneira geral, carrega tamanha complexidade que, extrair do ponto de vista o caráter identitário ambíguo especificamente de Brasília só poderia se dar através de um olhar para cidade que considere, *a priori*, essa complexidade.

O ponto de vista transmuta-se em objeto de pesquisa a partir de uma nova pergunta: como os processos comunicacionais tecem a teia social da qual a cidade se constitui enquanto fenômeno, ao mesmo tempo humano e civilizacional, e enquanto conceito, matéria e não-paisagem? Quais os efeitos nos indivíduos, na coletividade, na conectividade imbricada a essa cidade? A observação e a análise da ambiguidade identitária brasileira, na verdade, não buscará compreender a ambiguidade apenas, mas considerar este um dos elementos a identificar a cidade enquanto processo comunicacional. Nosso objeto, portanto, é a cidade enquanto comunicação.

Comunicação e sistemas

A materialização do objeto de pesquisa, a partir da materialização de uma nova pergunta forjada nos questionamentos ao ponto de vista do autor, nos trouxe ao comunicacional por algumas vias que merecem descrição. A intuição deste autor, ainda na fase de formulações de caminhos para pesquisa a partir do ponto de vista descrito inicialmente, nos levou a cogitar possibilidades de caminhos, dentre eles: por que se constroem cidades-capitais, através da comparação entre cidades-capitais. Esse caminho nos leva muito próximo a estudos sobre o Estado, a identidade do Estado, a formação histórica do Estado-nação, a identidade nacional. Encontramos, então, nessa esfera, o poder como elemento importante. Conjuntamente, ao tomar familiaridade com o pensamento complexo e, em seguida, o pensamento sistêmico, chegamos ao autor alemão Niklas Luhmann e seu conceito de meio de comunicação simbolicamente generalizado.

Esse conceito complexo, integrante de uma teoria ainda mais complexa, a Teoria de Sistemas Sociais, nos conduziu de volta para a comunicação. Os sistemas, em Luhmann (2016), são autorreferenciais, fechados, imersos em um ambiente do qual a relação sistema/ambiente “tem de produzir e empregar uma descrição de si mesmos; eles tem de poder empregar pelo menos a diferença entre sistema e ambiente em seu interior como orientação e princípio da produção de informações” (LUHMANN, 2016, p. 25). Portanto, na relação com o ambiente complexo, um dado sistema sofre uma “perturbação”, se fecha em sua autorreferencialidade e, ao processar essa “perturbação”, reduz a complexidade do ambiente e, nesse momento, adquire para si maior complexidade, mantendo sua identidade — porém agora mais complexa. Os meios de comunicação simbolicamente generalizados seriam conectivos, conduítes de informação

que auxiliariam na redução de complexidade nas relações sistema/ambiente. Alguns deles, segundo Luhmann (2016), seriam a verdade, o dinheiro, o poder, o amor.

Essa relação sistema/ambiente pode ser pensada, no caso de nossa análise da cidade, na relação indivíduo (chamado por Luhmann (2016) de “sistema psíquico”) e cidade, onde um é ambiente e sistema do outro, ao mesmo tempo; mas também podemos considerar a cidade como um sistema complexo em um ambiente ainda mais complexo, com inúmeras interações, uma cidade formada por diversos subsistemas (território, população, organização social, teia urbana, educação, saúde, segurança, etc.) relacionando-se e perturbando-se, gerando mais e mais acoplamentos e incremento contínuo de complexidade. Nessa cidade, alguns sistemas serão alcançados apenas a partir de uma análise intersubjetiva, pois a diferenciação que os forja a partir das relações sistema/ambiente, é invisível. Em Brasília, observamos, a partir do ponto de vista enunciado, que duas cidades convivem: uma é a cidade-capital, planejada, construída, cidade de todos os brasileiros, abrigo do Estado, do poder e do amor (pela nação, pelo símbolo); a outra é a cidade-comum, do dia a dia, das ruas, dos pedestres, dos deslocamentos, dos buracos nos asfaltos e filas intermináveis. Essa segunda cidade é invisível porque se confunde com a primeira. Mas a relação dela com os dois meios de comunicação simbolicamente generalizados enunciados, o poder e o amor, é diferente. Como se dá essa diferença é um dos elementos de análise que se precisa levar em conta ao observar o objeto de pesquisa.

Portanto, a observação quer mirar a cidade enquanto sistema feito de comunicação pela comunicação: a cidade que a comunicação erige e transforma no tempo e no espaço. E também a cidade que faz comunicação enquanto é feita de comunicação.

Conclusão

O sistema cidade comporta inúmeros sistemas, já vimos. Os campos de análise para acessar, analisar um deles, ou um grupo de sistemas, ou uma improvável totalidade (“A cidade”), tende ao infinito. O urbanismo, a arquitetura, a política, a estética, a biologia, a economia, a engenharia, a antropologia, a sociologia, a história, a geografia, a geologia, são exemplos. A transdisciplinariedade é outra opção. Os métodos, então, são incontáveis, estudos incorporam vivências, arte, cultura, ações sociais, gênero, violência, saúde, educação, identidade, personalidade, dados, números.

Nessa complexidade, a comunicação seria uma tessitura intrínseca aos processos constitutivos do objeto cidade por ser ela a tessitura da própria sociedade. A análise de meios de comunicação simbolicamente generalizados, como o poder e o amor, e as relações sistema/ambiente no curso autorreferente do sistema cidade, realizando autopoiese e crescendo em complexidade, é o objeto a ser observado.

Portanto, o ponto de vista alcança finalmente seu objetivo de objeto de pesquisa, proposto no início deste artigo, partindo de uma percepção que nasce da vivência do autor, tendo por trajetória a arguição de conceitos e ideias que transportam esse ponto de vista específico para a transmutação em objeto de pesquisa, ainda que oblíquo e, por isso mesmo, em permanente construção, a saber: a cidade como sistema comunicacional.

Vale concluir que as fragilidades da construção deste artigo — e do objeto de pesquisa — são a própria forma de um fazer científico que procura na observação da observação a possibilidade de alcançar aprimoramentos que precisam ocorrer, seja por avanços metodológicos quando da aplicação ao objeto definido, seja pela recursividade ao ponto de vista inicial, que, prevemos, trará nova luz ao objeto e à pesquisa em si quando esta estiver em curso.

Referências

- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.; PASSERON, J. **Ofício do Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BUENO, M. A; LEITE, C.; SOUZA, V. **Atlas Escolar Geográfico, Histórico e Cultural do Distrito Federal**. Distrito Federal: C&A Alfa Comunicação, 2019.
- DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.
- von FOERSTER, H. **Understanding understanding**. New York: Springer, 2003.
- GIDDENS, A.; SUTTON, P. W. **Conceitos essenciais da Sociologia**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- GLAESER, E. **O triunfo da cidade**. São Paulo: BEI Comunicação, 2016.
- GONÇALVES, C. D. **A construção de imaginário de periferia no cinema de Adirley Queirós**. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/35190>>. Acesso em: 6 dez. 2019.
- HAN, B. **Bom entretenimento: uma desconstrução da história da paixão ocidental**. Petrópolis: Vozes, 2019.

- HAN, B. **No exame**: perspectivas do digital. Petrópolis: Vozes, 2018.
- JACOBS, J. **Morte e vida das grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- LEMOS, A. (Org.). **Cibercidade**: A Cidade na Cibercultura. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004.
- LUHMANN, N. **Sistemas sociais**: um esboço de uma teoria geral. Petrópolis: Vozes, 2016.
- MATURANA, H. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- MUMFORD, L. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. Belo Horizonte: Itatitaia, 1965.
- SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.
- VASCONCELLOS, M. J. E.. **Pensamento sistêmico**: o novo paradigma da ciência. Campinas: Papyrus, 2002.
- WEBER, M. **The city**. Toronto: Collier-Macmillan, 1966.